



OS AQUÍFEROS NO BRASIL E A PRESENÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E SUA PRESERVAÇÃO

Larissa dos Santos, Maria Gloria Dittrich

Direito - Direito Público

A água é um bem comum, dotado de caráter universal, essencial para a sobrevivência humana. Em virtude disso, e por sua escassez cada vez mais acentuada, observa-se a necessidade da criação de mecanismos de proteção e conservação desse bem, dotado de caráter difuso. Neste cenário, ressaltam-se as águas subterrâneas como protagonistas da potencialidade da água como recurso hídrico disponível e utilitário aos seres humanos. Essa potencialidade confere inerente importância a esse recurso que, contudo, carece de uma gestão regulada voltada especialmente para sua proteção. Nesse viés, o Aquífero Guarani, como principal reserva de água subterrânea da América Latina e como recurso hídrico presente em mais de um país (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), representa um bem comum de todos, especialmente para os Estados e sociedade que o compartilham, e que deve, portanto, ter sua gestão estratégica estabelecida e regulada. Contudo, como reserva de água subterrânea transfronteiriça e em se tratando de um sistema hídrico complexo, esse manancial representa um grande desafio quanto a sua gestão pelos países limítrofes, sobretudo no que diz respeito à soberania dos Estados, nas relações internacionais, uma vez que esse recurso hídrico relaciona-se diretamente com o desenvolvimento interno dos países e a exploração desenfreada ou poluição desse recurso, em um único país e que para tal finalidade poderá afetar todos os demais países que o compartilham. O estudo buscou entender de que forma a soberania transfronteiriça dos países limítrofes do Aquífero Guarani se apresenta no que tange à gestão desse manancial, observada a importância da criação de políticas públicas voltadas à proteção, da preservação e da utilização de forma racional dos recursos do Aquífero Guarani. Tratou-se de uma pesquisa teórica-documental na qual se utilizou da hermenêutica fenomenológica para a compreensão dos dados resultantes de periódicos, livros, artigos, informações da base de dados oficial do Governo e dispositivos legais que fundamentam o aspecto teórico da pesquisa. Inicialmente, foi apresentada a definição de águas subterrâneas e dos aquíferos, seguindo-se a explanação acerca do Sistema Aquífero Guarani e suas características, em ato contínuo, discorreu-se sobre o ordenamento hídrico e a legislação aplicável e por fim discutiu-se acerca da soberania e do Acordo sobre o Aquífero Guarani. Evidenciou-se ao final que esse Acordo, apesar de reconhecer a importância do manejo sustentável do Sistema Aquífero Guarani e da cooperação entre os países, não dispõe de mecanismos que vinculem e atribuam responsabilidade aos Estados na gestão desse recurso. Desta forma, chegou-se ao entendimento que é necessário atentar-se à gestão destas águas transfronteiriças de forma racional e sustentável, haja vista a finitude deste recurso e de forma que prevaleça sobre os Estados atitudes de preservação, conservação e uso racional desse bem comum.

Palavras-chave: Água; Políticas Públicas; Aquífero; Sistema Aquífero Guarani

XXII SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XI Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

I Jornada de Tecnologia e Inovação



ISSN 1983-117X

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI